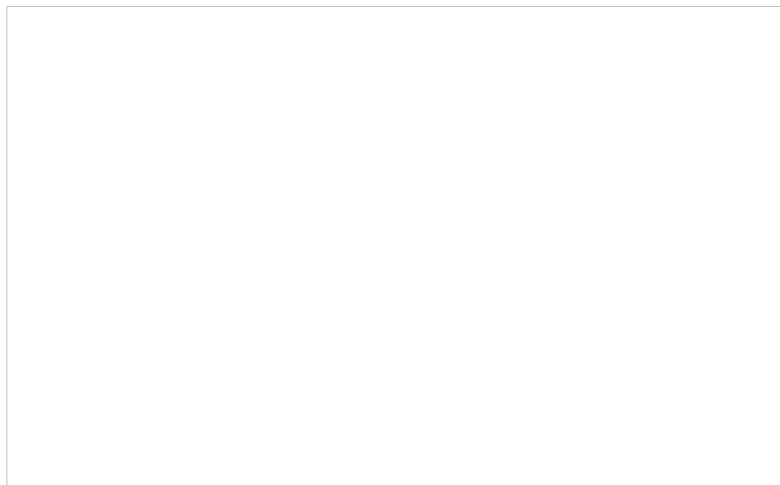


14/09/2017 18:06 - Janot apresenta nova denúncia contra Temer



O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou nesta quinta-feira (14/09) o presidente Michel Temer pelos crimes de obstrução de Justiça e organização criminosa. A denúncia, a segunda envolvendo o chefe de Estado, foi enviada para análise do Supremo Tribunal Federal (STF).

O documento de mais de 200 páginas tem como base uma investigação sobre Temer decorrente da delação de executivos da empresa JBS, bem como do operador Lúcio Funaro.

A acusação de integrar organização criminosa envolve ainda a cúpula do PMDB, alvo de um relatório entregue pela Polícia Federal (PF) ao STF no início desta semana. Segundo Janot, Temer teria poder de

decisão no chamado "quadrilhão do PMDB da Câmara".

Já o crime de obstrução de Justiça está relacionado à suspeita de que o presidente teria autorizado o executivo Joesley Batista, da JBS, a comprar o silêncio de Funaro e do ex-presidente da Câmara e deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O presidente sempre negou as acusações.

Janot deixa o cargo no próximo domingo

O nome de Cunha foi mencionado numa conversa entre Joesley e Temer em março no Palácio do Jaburu. A gravação desse diálogo, feita pelo próprio executivo, é uma das provas usadas no processo.

O empresário está detido em Brasília, seguindo determinação do ministro do STF Edson Fachin, após indícios de que ele teria omitido informações em sua delação premiada.

Nesta quinta-feira, antes da apresentação da denúncia, a defesa de Joesley e de seu irmão Wesley Batista, que também está preso, apresentou ao Tribunal Regional Federal (TRF) de São Paulo um pedido de *habeas corpus*, alegando que a prisão dos dois é ilegal.

A segunda denúncia envolvendo Temer já havia sido antecipada pela imprensa brasileira e era esperada para essa semana, uma vez que Janot deixa o cargo no próximo domingo. Ele será sucedido pela subprocuradora Raquel Dodge, indicado pelo presidente e aprovada pelo Congresso em julho.

Nesta quarta-feira, o STF rejeitou um pedido de afastamento de Janot das investigações envolvendo Temer. A petição havia sido apresentada pela defesa do presidente, que alega perseguição e vê parcialidade na conduta do procurador-geral nos inquéritos contra o peemedebista.

Próximos passos

A primeira denúncia contra Temer, por corrupção passiva, foi barrada em votação na Câmara no início de agosto. A nova ação deve ser submetida novamente aos deputados.

Segundo a Constituição, a Câmara precisa autorizar, em votação no plenário, a abertura de um processo contra o presidente da República em ação penal. São necessários os votos de dois terços dos parlamentares da Casa (342 de 513 deputados) para que o processo avance.

Se a ação for admitida na Câmara, ela volta ao Supremo para ser julgada. Caso a denúncia seja aceita pela Corte, o presidente se torna réu e deve ser afastado do cargo por 180 dias. No entanto, se for rejeitado pelos deputados, o processo é arquivado até o fim do mandato de Temer.

Capítulos do desgaste político do governo

- Temer se salva, mas com Congresso dividido

02/08: Após uma ofensiva intensa para reagrupar forças junto aos parlamentares, Temer conseguiu se livrar do processo por corrupção passiva. A Câmara dos Deputados rejeitou a denúncia contra o presidente, com 263 votos contra o envio da matéria ao STF, e 227 a favor. Após a votação, Temer descreveu o resultado no plenário como "claro e incontestável".

- Líder do governo na Câmara condenado

01/08: A Justiça de Sergipe condenou o líder do governo Temer na Câmara, o deputado federal André Moura (PSC-SE), por improbidade administrativa, com a perda de seus direitos políticos por oito anos. A sentença menciona convênios fraudulentos e prejuízo de 1,4 milhão de reais ao patrimônio público.

- Popularidade despenca

27/07: Uma pesquisa do Ibope mostrou que a aprovação do governo Temer caiu para apenas 5%. Trata-se do menor índice obtido por um presidente desde o início da série histórica do instituto, em 1986. O pior havia sido José Sarney, que em junho/julho de 1989 ficou com 7%. A reprovação do governo Temer chegou a 70%.

- Temer vence na CCJ, mas com manobras

13/07: A Comissão de Cidadania e Justiça (CCJ) da Câmara rejeitou o parecer que recomendava o avanço da acusação de corrupção passiva contra ele. Mas a vitória foi tática e impulsionada por uma série de manobras, com a distribuição de verbas e a substituição de membros da CCJ não considerados suficientemente leais ao Planalto.

- Janot denuncia Temer

26/06: O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou o presidente Michel Temer ao STF pelo crime de corrupção passiva. É a primeira vez que um presidente da República é denunciado à Corte no exercício do mandato. A acusação tem como base uma investigação contra o peemedebista decorrente da delação de executivos da JBS. Ex-assessor Rodrigo Rocha Loures também foi denunciado.

- Avião com cocaína

25/06: Um avião bimotor com 653 kg de cocaína interceptado pela Força Aérea Brasileira causou um mal-estar ao ministro da Agricultura, Blairo Maggi. Informações preliminares davam conta que a aeronave teria decolado de uma fazenda arrendada pelo Grupo Amaggi, pertencente à família do ministro. Após analisar dados de GPS, a Polícia Federal concluiu que o avião decolou da Bolívia.

- STF confirma delações

22/06: a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou a favor da manutenção da homologação do acordo de delação premiada dos executivos da empresa JBS. Os magistrados decidiram ainda que o relator Edson Fachin deve permanecer no caso. As delações causaram um terremoto político e colocaram Michel Temer no centro de um escândalo de corrupção.

- Primeira derrota

20/06: no mesmo dia em que Temer assistiu a uma apresentação de balé em Moscou, a bandeira reformista do governo sofreu uma derrota significativa. O projeto que prevê mudanças na legislação trabalhista foi rejeitado por uma comissão do Senado, graças a uma combinação de indiferença e abandono de alguns membros da base aliada.

- Viagem à Rússia e Noruega

20/06: numa conturbada semana, para passar uma imagem de "normalidade", Temer viaja à Rússia e Noruega, onde destaca melhora na economia do Brasil. Em Moscou, o presidente se reuniu com Putin para estreitar os laços entre os países. Em Oslo, foi alvo de críticas. A premiê norueguesa expressou preocupação com a Lava Jato e o desmatamento no Brasil.

- Presidente acusado por corrupção

19/06: em relatório preliminar entregue ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a investigação envolvendo Michel Temer e seu ex-assessor Rodrigo Rocha Loures, a Polícia Federal (PF) acusa o presidente pelo crime de corrupção passiva, mas pede um prazo maior para concluir o inquérito referente aos delitos de organização criminosa e obstrução de Justiça.

- Processo no TSE

09/06: A decisão do Tribunal Superior Eleitoral de absolver a chapa Dilma-Temer deu sobrevida ao governo, mas não lhe ajudou muito a melhorar a imagem perante a opinião pública: a vitória por 4 votos a 3 só se deu porque os depoimentos da Odebrecht e dos marqueteiros do PT não foram levados em conta no processo.

- O homem da mala

03/06: o ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), ex-assessor especial do presidente Michel Temer, foi preso pela Polícia Federal em Brasília. A detenção abriu mais uma frente para o governo: Loures foi apelidado de "homem da mala" pela imprensa após ter sido filmado carregando 500 mil reais entregues por um emissário da empresa JBS.

- Presidente acusado de obstrução à Justiça

17/05: Revelação de conteúdo de diálogo entre o presidente Temer e o empresário Joesley Barbosa, da JBS, mergulha país no caos e ameaça governo. Presidente, segundo reportagem do jornal "O Globo", teria consentido com pagamento de mesada para comprar o silêncio do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, preso em outubro de 2016.

- O preço alto das reformas

05/05: Diante da obsessão do governo em aprovar com celeridade a aprovação das reformas da previdência e trabalhista, Palácio do Planalto teria dado aval à aprovação de medidas para negociar dívidas fiscais de empresas com a Receita Federal e também cede a interesses da bancada ruralista.

- Cúpula arrastada para o caos

11/04: O relator da Lava Jato no Supremo, ministro Luiz Edson Fachin, pede abertura de inquérito contra 76 políticos, entre os quais oito ministros do governo Temer, entre eles Eliseu Padilha (PMDB, Casa Civil, na foto com Temer), Moreira Franco (PMDB, Secretaria-Geral da Presidência); Helder Barbalho (PMDB, Integração Nacional); e Aloysio Nunes (PSDB, Relação Exteriores).

- Machismo no Planalto?

08/03: Declarações do presidente na ocasião do Dia Internacional da Mulher provocam perplexidade na sociedade brasileira e no exterior, e indignação de movimentos feministas. Presidente citou a mulher, Marcela Temer, ao analisar a importância da figura feminina na educação dos filhos e no controle do orçamento familiar, nas compras de supermercado, relegando a mulher a atividades domésticas.

- PMDB controla Ministério da Justiça

23/02: O presidente da República, Michel Temer, escolhe o deputado federal Osmar Serraglio, do seu partido, o PMDB, como titular do Ministério da Justiça. Assessores do presidente tinham declarado que ele buscaria alguém com perfil técnico para a pasta. Temer, porém, cedeu às pressões da bancada do PMDB. Serraglio atuou como aliado de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e defendeu que ele fosse anistiado.

- A blindagem sob o comando de Romero Jucá

15/02: O senador Romero Jucá (PMDB-RR), braço-direito de Temer no Congresso, protocola emenda constitucional para blindar presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB). Pela regra, eles só poderiam se responsabilizados por atos cometidos no exercício de seus mandatos. Ou seja, seriam blindados de investigações da Lava Jato. Diante do constrangimento, Jucá recuou.

- A aula de fisiologismo de Eliseu Padilha

14/02: O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, diz em palestra flagrada pelo jornal "Estado de S.Paulo" que os ministérios de Temer foram montados para garantir votos no Congresso. Ele diz que havia intenção de nomear "notáveis" e citou como exemplo a Saúde. O PP indicou o deputado Ricardo Barros. "Vocês garantem todos os nomes do partido em todas as votações? Então o Ricardo será o notável."

- Caso Marcela: a censura de Temer à imprensa

10/02: A pedido da Presidência, Justiça proíbe o jornal "Folha de S.Paulo" de divulgar dados sobre a chantagem de um hacker contra Marcela Temer, a primeira-dama. O hacker, condenado a 5 anos e 10 meses de prisão, clonou o celular de Marcela e disse ter acesso a um áudio que comprometeria o presidente. A investigação foi coordenada por Alexandre de Moraes, depois nomeado ministro da Justiça.

- Nomeação de Moraes para o Supremo

06/02: O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes (PSDB), é indicado para a vaga de Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal. Havia a expectativa de que Temer indicaria um nome técnico, do meio jurídico, não ligado à política. A enorme proximidade de Moraes com Temer tornou a indicação bastante polêmica, já que ele será o revisor da Lava Jato no Supremo, e Temer foi citado 44 vezes em delações.

- Foro privilegiado para Moreira Franco

03/02: Temer dá status de ministro a Moreira Franco, que era secretário-executivo do Programa de Parceria de Investimentos. Ele virou ministro da Secretaria-Geral da Presidência. Citado 34 vezes em delações da Lava Jato, com o codinome "Angorá", Franco passa a ter foro privilegiado, ou seja, só pode ser julgado pelo Supremo. Pela demora dos julgamentos, o foro é visto como benefício a políticos.

- Novos ministérios: a contradição

03/02: No dia em que nomeou Moreira Franco ministro, Temer anunciou a criação de outro ministério, o de Direitos Humanos, entrando em rota de colisão com o discurso antes da posse. Tanto o presidente quanto seu partido, o PMDB, defenderam o enxugamento da máquina e a redução das pastas e criticavam o número de ministérios sob Dilma Rousseff. O governo tem hoje 28 pastas. Sob Dilma, tinha 32.

- Nomes sob suspeita na CCJ do Senado

08/02: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) é escolhido para comandar a Comissão de Constituição e Justiça, responsável por sabatar indicados ao STF. Lobão é investigado em dois inquéritos da Lava Jato. Um apura suposto desvio de dinheiro na construção da usina Angra 3 quando era titular da pasta de Minas e Energia. Outros 7 membros da CCJ já são citados em inquéritos e 8 foram citados em delações.

- Senado e Câmara X Lava Jato

01/02: O senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) é eleito sem dificuldades para a presidência do Senado, com os votos de 61 dos 81 senadores. Na Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) derrota grupo ligado a Eduardo Cunha (PMDB), preso na Lava Jato, permanece na presidência da Casa. Os dois foram eleitos em sintonia com o Palácio do Planalto. Ambos tiveram os nomes citados em delações da Lava Jato.

- A renovação do poder de Renan Calheiros

31/01: Ex-presidente do Senado, impedido pelo Supremo de permanecer na linha sucessória da Presidência por ser réu em ação penal, e denunciado por lavagem de dinheiro e corrupção passiva pela Procuradoria-Geral da República na Lava Jato, Renan Calheiros foi escolhido, por aclamação, o novo líder do PMDB no Senado. O líder tem grande peso político no diálogo com o governo e na escolha de pautas.

Fonte: Malu Delgado. DW.

Notícias RO